DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 10751/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/118718/2012
PROTOCOLO	: 1353315
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS/MS
ORDENADOR DE DESPESAS	: WALTER BENEDITO CARNEIRO JUNIOR
CARGO DO ORDENADOR	: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS
ASSUNTO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 216/2012
CONTRATADA	: ORGANIZE GESTÃO DE INFORMAÇÕES LTDA
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: CONVITE – N. 11/2012
OBJETO	: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE DADOS, CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE BOLETOS AUTO-ENVELOPADOS
VALOR INICIAL	: R$ 76.200,00
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

FORMALIZAÇÃO E TEOR DO 1º TERMO ADITIVO. EXECUÇÃO FINANCEIRA. REGULARIDADE.

DO RELATÓRIO

Tratam os autos do Contrato Administrativo n. 216/2012, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Dourados/MS e a empresa supracitada, decorrente do resultado do procedimento licitatório na modalidade Convite n. 11/2012, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de captação de dados, confecção e impressão de boletos auto-envelopados, com o valor inicial de R$ 76.200,00 (setenta e seis mil e duzentos reais).

Preliminarmente, cabe informar que o procedimento licitatório e a formalização do teor do contrato já foram objeto de análise, conforme Decisão Singular DSG - G.ODJ - 503/2016, tendo sido julgados legais e regulares.

Analisa-se, neste momento, a formalização do 1º Termo Aditivo e a execução financeira, nos termos do art. 120, III e §4º do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76, de 11 de dezembro de 2013.

Após a análise dos documentos apresentados pelo jurisdicionado, a 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) emitiu a análise ANA - 4ICE – 49480/2017, pela qual certificou a legalidade e regularidade da formalização do termo aditivo e execução financeira.

Posteriormente, o Ministério Público de Contas (MPC), emitiu o parecer PAR - 2ª PRC - 15767/2018, opinando no mesmo sentido.

DA DECISÃO

Registre-se que fora juntada aos autos toda a documentação obrigatória acerca da formalização dos termos aditivos e execução financeira, com fulcro na Instrução Normativa n. 35/2011, vigente à época, c/c o art. 120, III e §4º, do RITC/MS, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, conforme preconiza o art. 60 e seguintes da Lei das Licitações.

A documentação foi protocolizada tempestivamente nesta Corte de Contas, atendendo ao prazo estabelecido pela Instrução Normativa n. 35/2011, vigente à época.

Os termos aditivos foram pactuados em observância às exigências do art. 55 e do art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666/1993.

Os documentos concernentes à 3ª fase da contratação foram assim comprovados:

Valor empenhado	R$	75.605,99
Valor anulado	R$	502,96
Saldo de empenho	R$	75.103,03
Valor total em notas fiscais	R$	75.103,03
Valor total em ordens de pagamento	R$	75.103,03

Como se vê, são idênticos os valores relativos às três etapas da execução de despesas, quais sejam empenho, liquidação e pagamento, circunstância que revela a correta liquidação do objeto.

Nessas condições, e considerando que foram atendidas as exigências contidas na Lei n. 8.666/1993, bem como nas normas regimentais estabelecidas por esta Corte de Contas, constata-se que a formalização dos termos aditivos e a execução financeira merecem a chancela deste Colendo Tribunal.

Diante do exposto, acolho o entendimento da 4ª ICE e o parecer do MPC, e **DECIDO**:

1. pela **regularidade** do 1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n. 216/2012, com fulcro no art. 59, I, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 120, § 4º, do RITC/MS;

2. pela **regularidade** dos atos d e execução financeira do Contrato n. 216/2012, conforme o disposto no art. 59, I, da LCE n. 160, c/c o art.120, III, do RITC/MS;

3. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, conforme art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS;

Campo Grande/MS, 07 de novembro de 2018.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

pra